DECRETO 1

Depois
que o rei ordenou por lei
que todos os nossos mapas
fossem irrevogavelmente
rasgados
e atirados à fogueira
no meio da praça pública
nós
que perdemos nossos nomes
e não sabemos quem somos
agora perguntamos
onde estamos

DECRETO 2

Agora estamos cumprindo
o novo decreto do rei

Queimareis vossos relógios
no meio da praça pública
e nunca mais sabereis
quando a noite começou
ou o dia terminou

Nós
que esquecemos nossos
nomes
e não perguntamos quem
somos
e não vemos onde estamos
jamais poderemos saber
desde quando já morremos

4

Mapeando o campo II: contextos e transformações de teorias e práticas terapêuticas

Uma caracterização dos processos psicológicos torna-se relativa ao se compararem diversas culturas. Markus & Kitayama (1991), realizando uma análise dos estudos a respeito dos processos psicológicos, demonstram que há dois modos diversos de se construir um conceito de *self*, determinando a elaboração e a compreensão do psíquico, conforme as diferenças culturais: o *self* pode ser definido como independente ou interdependente. A diferença mais significativa, entre estes dois tipos, refere-se ao papel atribuído ao outro, em sua autodefinição. O contexto social envolvente e os outros são importantes em ambos os tipos. Para o *self* interdependente, no entanto, os outros são incluídos no interior das fronteiras que delimitam o *self*. Neste caso, em um contexto específico, as relações com os outros constituem o traço definidor do *self*. O individual é uma fração, vista como um todo somente ao ocupar o seu próprio lugar em uma determinada unidade social.

O sentido da individualidade que acompanha um *self* interdependente inclui uma atenção e uma sensibilidade aos outros. Cada um assume, explícita ou implicitamente, a reciprocidade assim como um propósito direcionado para focalizar os sentimentos e os desejos do outro, a fim de manter e favorecer a relação interpessoal recíproca. Já na construção do *self* independente, os outros estão menos centralmente implicados em sua autodefinição. Os outros, certamente, são importantes para a comparação social, para exprimirem aprovação ou como alvo de uma ação dirigida. O *self*, no entanto, é visto como completo, uma entidade autônoma sem a necessidade do outro. Os traços, fontes do comportamento que definem um *self* independente, são: atributos, habilidades, peculiaridades, desejos e motivos. Estes traços representam produtos sociais, mas devem-se tornar propriedades de um indivíduo contido em si mesmo. O sentido de individualidade que acompanha

a construção deste *self* inclui a percepção de si como um agente, como um produtor de suas próprias ações que tem consciência e controle da situação ao seu redor; necessidade de expressar os seus próprios pensamentos, sentimentos e ações para os outros; e é, relativamente, menos consciente da necessidade de receber os pensamentos, sentimentos e ações dos outros.

Para definir o que seja cognição, emoção e motivação, os autores asseveram que há diferentes implicações, variando de acordo com o sistema de construção do *self*, presente em cada cultura: na sociedade individualista, encontra-se o *self* independente; na sociedade holística, encontra-se o *self* interdependente. Na primeira, os processos psicológicos são caracterizados pela independência em relação aos outros, não variando conforme o tempo e o contexto, sendo os atributos interiores mais significantes. Na segunda, os processos psicológicos se caracterizam pela interdependência entre relações específicas com outros, incluem, certamente, representações pessoais invariantes, mas, em muitas circunstâncias, elas são menos importantes do que as relações interpessoais, para a regulação do comportamento individual.

A respeito da Terapia de Família nota-se um contra-senso quanto à sua criação, nos Estados Unidos: uma sociedade, reconhecidamente vinculada ao credo individualista, enfatiza a necessidade de uma intervenção terapêutica pautada na relação, retirando a centralidade do indivíduo e de sua sintomatologia. De um modo peculiar, parte-se da independência para a interdependência.

O conceito de *self* como independente ocupou e ocupa na formulação da Psicologia, nos Estados Unidos, um lugar de destaque. A força do *self*, e as psicoterapias que a ele se correlacionam, pode ser constatada por sua participação na constituição da sociedade como um todo. Cushman (1995), confirmando a relação entre o *self* e as práticas psicoterápicas, declara que as psicoterapias perpetuam o individualismo, sua

concepção moral e seu *status quo* político. Em outras palavras, o caráter da sociedade norte-americana, no século XX, revela-se direta e parcialmente do vasto, imperioso e sagrado conceito do indivíduo isolado, ricamente provido de um interior. Este conceito tem sido transmitido às teorias psicológicas, à arquitetura, à cultura popular, ao uso da linguagem corrente, etc., impregnando toda a sociedade. A tese de Cushman (1990) é a de que o *self* é construído como vazio, devido, em parte, à perda da família, da comunidade e da tradição como valores centrais da sociedade norte-americana. O resultado não é o controle repressivo, tal como na era vitoriana, mas a criação e a manipulação dos desejos individuais a serem suavizados, organizados e harmonizados, a fim de momentaneamente “tapar os buracos”, preferencialmente com objetos de consumo.

A construção do *self* esvaziado é produto de um paradoxo cultural. É esperado que o *self* funcione de um modo autônomo, isoladamente, amando-se e sendo auto-suficiente. Para desenvolver este *self*, no entanto, é necessário ter havido desde a infância um ambiente de cuidado e proteção, provendo-o com uma grande quantidade de atenção, empatia e com a possibilidade de espelhar-se no outro. A quem caberia este papel de cuidado? Indivíduos adultos autônomos pagariam o preço do sacrifício? Mesmo com as melhores intenções, esta é uma tarefa difícil de ser cumprida, já que cuidados maternos e paternos empáticos são construídos com requisitos exteriores a um conceito de *self* como independente. O efeito desta contradição pode ser um grupo de pais inadequados, tentando responder às demandas de um papel parental, ao lado de uma geração de filhos magoados, com seu narcisismo ferido (Cushman, 1990; 1995). Apesar disto, a família constitui-se como lugar privilegiado para a construção do *self* independente, a partir de uma relação, inicialmente mais pregnante, de interdependência.

A civilização moderna, segundo Lasch (1991), requer uma profunda transformação da personalidade, devendo esta ser operada pela família, no interior da vida íntima e privada. A família perde

sua importância reguladora e totalizadora das relações, tal como na sociedade tradicional, para afirmar-se como uma fonte de influência emocional. Saturada de emoções, o fechamento da família trouxe um perigo potencial à sociedade, devendo ser controlada. Era preciso pôr freios ao sentimento, regulá-lo com normas, racionalizando a vida familiar, estabelecendo limites e especificando papéis.

Os especialistas da cura, nos Estados Unidos, tratam de esmiuçar os perigos, aos quais a família está submetida. Começam pela definição do casamento e da relação entre os membros da família, descrevendo as regras prescritas à família como pautadas pela arte da interação pessoal. Estas relações devem estar embasadas na técnica correta, regulando a vida emocional para alcançar a saúde psíquica. Por uma crítica à Psicanálise, abandona-se a teoria do instinto, devido a seu aspecto interiorizante, acentuando a ênfase nas relações interpessoais. A análise do inconsciente é substituída pelo estudo das relações pessoais. A preferência por uma abordagem centrada na consciência obscurece o papel da sexualidade e do conflito. O Complexo de Édipo é reinterpretado pelo viés de emoções, como o ciúme, presentes nas relações familiares. A tarefa do especialista é, então, fazer com que sejam superados estes sentimentos, com medidas profiláticas, informando e esclarecendo, para a família, as fontes que originam ou atrapalham o desenvolvimento da saúde mental (Lasch, 1991).

Não se enfatiza, assim, a invasão crescente do individualismo na família, mas sim o aspecto das relações emocionais. Com isso, não se percebe igualmente a transformação da família num tipo de indústria burocratizada, produtora de bem-estar. Os pais devem prover produtos e serviços, enquanto sua capacidade para realizar esta tarefa é duramente avaliada pelos maiores interessados: os filhos. Paradoxalmente, afirma Lasch (1991), desenvolve-se uma interpretação de que só a família escapa a este mundo cruel dos interesses individualistas e econômicos.

Com suas perspectivas pragmática, comportamental e funcionalista, salientando a eficácia terapêutica, a intervenção

sistêmica na família correspondia, desde o seu início, ao enfrentamento dos perigos desta vida interiorizada, baseada nos sentimentos e nas escolhas autônomas. A busca de um padrão comunicacional que definia a interação familiar, tornou-se sinônimo de controle de um mundo, demasiadamente interiorizado, opondo-se a ele, por sua inacessibilidade. De fora, porém, observando a interação familiar, a técnica terapêutica auxiliava na transformação-cura do sistema, sem precisar contar com as emoções entre os membros da família ou com as expressões individuais. Neste aspecto, diminuía-se a participação dos conflitos emocionais, privilegiando a manutenção de um equilíbrio adequado para o sistema, visto que o sintoma indicava a necessidade de se alcançar um novo patamar de estabilidade. Em outras palavras: um sintoma indicava que o sistema familiar estava impedido de alcançar níveis diferenciados de equilíbrio, por se ver impedido de seguir um curso natural, sendo o sistema, no caso da família, descrito pela relação entre o ciclo de vida individual e o familiar.

Um sistema paralisado em um ponto de equilíbrio estático é um sistema cumprindo uma determinada função. Neste caso, entretanto, o sistema familiar está impedido de seguir seu curso natural, ao mesmo tempo em que impede o crescimento de seus membros. Exercendo uma função, todo sistema é perfeito, devido à ênfase na homeostase. Se esta função, no entanto, não corresponde à necessidade pertinente de um determinado estágio do ciclo de vida, o sistema está disfuncional e precisa ser modificado. Com a intervenção terapêutica, o sistema volta a funcionar e a família, fechada para o mundo externo, retorna à tarefa que lhe cabe: criar indivíduos saudáveis e autônomos.

Não deixa de haver na perspectiva sistêmica, uma crítica ao individualismo, ao buscar definir a interação familiar pelo padrão comunicacional, que engloba o indivíduo. Este não é autônomo porque executa as regras do sistema. Por um outro viés, o terapeuta sistêmico que recebe influência da Psicanálise formula uma compreensão intergeracional da relação entre a família e os

indivíduos. Percebe-se a presença do individualismo temperado por um “familismo”. A diferenciação do *self* só se faz pela família e apesar dela. Na tensa relação entre parte e todo, família e *self* são formulados, concomitantemente, como distintos e interdependentes. Cada indivíduo separa-se ao se localizar em uma cadeia de gerações. A diferença crucial entre estas duas perspectivas sistêmicas está na visão que se tem da parte: em uma, a parte é executora de um programa; na outra, a parte exerce um trabalho de diferenciação em relação ao todo, no qual está inserida.

A Terapia de Família convive, assim, com um dos mais contundentes paradoxos da cultura ocidental, inserindo-se, pela linha sistêmica, em uma tradição holística, na qual a parte só possui valor devido ao seu lugar no todo. É uma intervenção terapêutica que se opõe ao individualismo. A família, entretanto, é vista como uma unidade diferenciada, sendo definida por critérios universais, ligados ao ideário individualista. Deixando-se influenciar por uma visão funcionalista, centrada no presente, desconsidera-se o contexto social. A família é um sistema, uma unidade que pode ser observada e transformada de modo isolado da sociedade, a que pertence.

Na linha sistêmica intergeracional, aumenta-se a complexidade do sistema, diminuindo-se o aspecto funcional, ao dar relevo à história intergeracional na formação do sistema familiar e na diferenciação do *self*. Neste caso, todo e parte contribuem para a transformação contínua da família, não sendo apenas uma questão de alterar um padrão de funcionamento.

Pensando a partir destas diferenças, para uma proposta de articulação, torna-se necessário desenvolver dois aspectos contíguos da história da Psicologia e da Terapia de Família. Neste capítulo, abordo, inicialmente, a oposição relacional e intrapsíquico, que tem sido característica de algumas formulações teóricas excludentes da Psicologia, da Psicanálise e da Teoria Sistêmica. Em seguida, apresento o movimento de integração na Psicologia e na Terapia de

Família, a partir de uma pesquisa realizada em periódicos internacionais.

4.1.

Relacional ou intrapsíquico? Formulações teóricas excludentes

Uma revisão filosófica a respeito da formulação do sujeito e da família, no primeiro capítulo, levou-me à conclusão de que havia uma oposição entre eles, caracterizada pela abstração do conceito de sujeito e pela concretude da idéia de família. No âmbito da Terapia de Família, porém, a família passa a ser conceituada abstratamente pela formulação sistêmica. Não se trata mais de regular o comportamento, explicitamente, ditando as regras de conduta adequadas para cada participante da família, embora haja um compromisso, não assumido, com o padrão de família nuclear e seus valores concomitantes. Já tive oportunidade de desenvolver este aspecto em outros trabalhos (Ponciano, 1999; 2002). Neste momento, gostaria de ressaltar o vínculo da noção de sujeito com a noção de família ou, mais exatamente, a tensão entre intrapsíquico e relacional, caracterizando uma transformação destes conceitos no decorrer da história da Terapia de Família.

Inicialmente, há o “sujeito - caixa escura”, sendo a família entendida como sistema e, paralelamente, há o sujeito e a família internalizada, formulados pela Psicanálise. De ambas as partes, o relacionamento entre um e outro é o da exclusão. Como foco de teorização e intervenção clínica, na Psicanálise a parte exclui o todo, enquanto na Teoria Sistêmica o todo exclui a parte. À primeira vista, a afirmativa da exclusão pode parecer exagerada. Não obstante, exposta ao lado da oposição entre Psicanálise e Teoria Sistêmica, a exclusão surge como uma questão de disputa disciplinar. Não me cabe determinar precisamente de onde parte a exclusão. É possível, no entanto, identificar uma rejeição explícita a um modelo intrapsíquico, pela Teoria Sistêmica, fruto de sua vertente cientificista, com ênfase na observação, privilegiando o

ponto de vista exterior. O padrão da interação familiar é observado, podendo ser descrito, sem implicações valorativas, visando a determinar o funcionamento que será transformado. Quanto à Psicanálise, é possível remeter sua ênfase na interioridade, por exemplo, quando Freud rejeita suas primeiras formulações a respeito da cena originária, da teoria da sedução e do trauma.

No caso da cena originária, cena de relação sexual entre os pais, vista ou não pela criança, o que importa é sua presença nas fantasias inconscientes. Estas, vivenciadas na infância, vão compor a interpretação realizada posteriormente; o passado, representado pelas fantasias inconscientes, participa da formação de cada sujeito.

“É precisamente por estar o sujeito em sua primeira infância que a excitação sexual precoce surte pouco ou nenhum efeito na época; mas seu traço psíquico é preservado. Mais tarde, na puberdade, quando as reações dos órgãos sexuais se desenvolvem num nível desproporcional a seu estado infantil, esse traço psíquico inconsciente é de algum modo despertado. Graças à transformação devida à puberdade, a lembrança exibe um poder que esteve totalmente ausente do próprio evento. A lembrança atua como se ele fosse um evento contemporâneo. O que acontece é, por assim dizer, a ação póstuma de um trauma sexual.”

(Freud, 1896/1981, p.145)

A noção de fantasia reduz a visibilidade da família ao mínimo, porquanto a importância recai na produção de sintomas de um sujeito, a partir das fantasias vividas durante a infância e revividas na puberdade. A vivência das relações familiares tem um papel crucial, à medida que é o *locus* privilegiado para a excitação sexual, para a geração da angústia infantil e para a aprendizagem da relação amorosa. Mais do que as relações familiares, porém, é a vivência da sexualidade que cumpre um papel determinante na etiologia das neuroses. Trata-se, sobretudo de um mecanismo psíquico: a reação de um indivíduo às vivências da excitação sexual, isto é, o recalque. Todo indivíduo adulto e neurótico traz consigo, oriundo da infância, o recalque sexual, que, diante das exigências da vida, manifesta-se como sintoma. O adoecimento é consequência de um conflito entre a libido e o recalque sexual, sendo os sintomas um compromisso entre estas duas correntes anímicas. O conflito psíquico, portanto, é

formado por exigências internas contraditórias, constituindo todo ser humano (Freud, 1905, 1906, 1914, 1926, 1931, 1933).

No conflito edipiano, narra-se a história da estruturação da personalidade, da estruturação imaginária do sujeito e da orientação do desejo. A criança, diante de sua posição em uma estruturação triangular, desejando sua mãe ou seu pai, sofre a influência do casal parental, que interdita o incesto. Toda esta vivência é interiorizada, formando o material de uma estruturação psíquica, relativa a um processo civilizatório (Freud, 1913, 1930). É por meio da sexualidade que a família se torna um personagem importante na Psicanálise. Há, portanto, uma idéia de interação familiar, atrelada à sexualidade e à constituição de um mundo interno.

Quando Bateson inicia seu projeto de pesquisa a respeito da etiologia da esquizofrenia, não parece haver um objetivo explícito de se opor a uma concepção interiorizada quanto à origem do sintoma esquizofrênico. A soma de teorias, com ênfase no exterior, porém, ditam o teor da noção de comunicação, definindo-a pelo elemento externo e observável de trocas verbais e não-verbais, principalmente entre mãe e filho. O duplo vínculo pode ser descrito e observado sem que se faça referência à história, às fantasias inconscientes, ou a qualquer idéia de afeto e sexualidade. O conflito deixa de ser interno, para ser localizado na simultaneidade de duas mensagens contraditórias, para as quais não se consegue emitir uma resposta, a não ser pela manifestação sintomática. A dupla mensagem, segundo um exemplo clássico, é emitida da mãe para o filho por sua postura corporal, ao não corresponder ao abraço do filho, e por sua fala explícita, repreendendo o filho quando este deixa de abraçá-la. Não sabendo como quebrar o duplo vínculo, estabelecido ao longo dos anos de forma repetitiva, o filho responde com sintomas psicóticos.

O grupo do MRI, independentemente de Bateson, entende que o sintoma desaparece se for possível mudar este padrão interacional. Assim, a Terapia de Família nasce plena de esperanças em sua eficácia, observando e intervindo terapêuticamente nas relações

familiares. O padrão comunicacional prescinde da idéia de conflito internalizado para compreender as relações familiares. A teoria sistêmica abandona a teoria da sexualidade, o Complexo de Édipo e as implicações desta formulação psíquica, dando destaque especial à eficácia da técnica, da intervenção que transforma. Uma abordagem centrada na observação do comportamento interacional, proposta por uma teoria sistêmica restrita, desconsidera a sexualidade, os afetos e as emoções como fontes do problema apresentado.

A idéia de uma tríade formada pelo casal parental e a criança permanece, embora seja completamente dessexualizada. Salvador Minuchin, um dos autores que trabalha com esta idéia, supõe um conflito na relação conjugal, escamoteado pelo sintoma de um filho. A mãe, geralmente, é a mais ligada ao filho e ao seu sintoma. Para transformar esta situação, a partir da intervenção terapêutica, é necessário trazer o pai para perto do filho e a esposa para perto de seu marido, re-configurando o triângulo de forma que cada um cumpra o seu papel de acordo com seu lugar no sistema, estabelecendo fronteiras nítidas que determinam quem participa, e como, das relações familiares (Minuchin, 1990; 1995; Minuchin & Fishman, 1990; Minuchin & Nichols, 1995). O conflito mais uma vez não é uma questão de internalização, formando o sujeito, e sim de um padrão interacional que deve ser observado e modificado. Estes autores das primeiras e mais populares escolas (Minuchin, 1990; Watzlawick et alli, 1986), até o fim dos anos de 1970, acreditam que, modificando o sistema, estão modificando a parte, sem precisar intervir no indivíduo. Minuchin & Nichols (1995) afirmam estar tentando ajudar as pessoas a verem o contexto mais amplo do *self*: o *self* familiar. Não definem o *self* familiar, mas são contundentes ao afirmá-lo, sugerindo que é preciso coragem para renunciar à ilusão do *self* autônomo, para aceitar as limitações do pertencer¹.

¹ Em outro texto, relaciono a vida de Salvador Minuchin e sua crítica ao individualismo, percebendo sua imersão na ideologia individualista, apesar do relevo que dá ao pertencimento familiar (Ponciano, 1998).

Penso que o retorno da parte-indivíduo ao campo da Terapia de Família, como uma possibilidade de compreensão teórica e intervenção terapêutica, não se relaciona somente com a exacerbação do individualismo na pós-modernidade, mas está embasado, igualmente, nas novas formulações teóricas. Estas, surgidas de um contexto mais amplo, questionam a referência sistêmica, predominante nas principais escolas, até o final dos anos de 1970. A negação da subjetividade é minimizada pelo Construtivismo e pelo Construcionismo Social. Paira sobre os terapeutas de família, entretanto, uma indefinição quanto a uma abordagem teórica dos aspectos psíquicos. Um retorno à Psicanálise, assim como a outras teorias psicológicas, torna-se, paulatinamente, possível.

Em relação ao Construtivismo, já abordei, no capítulo anterior, a sua ênfase na unidade autopoiética e no conceito de determinismo estrutural. Esta influência sobre a Terapia de Família não deixa de ser uma formulação sistêmica, ao considerar o acoplamento estrutural e a co-deriva que unem as partes entre si. Cada parte é um sistema, não sendo causado por nenhum outro sistema, e, por conseqüência, não há um todo que englobe as partes e não há troca de informação entre elas. Invertem-se as posições, já que a dimensão holística da concepção sistêmica cede espaço a uma dimensão individual concreta, podendo ser observada no laboratório do cientista. O ser vivo e suas características passam a ditar as regras. A autonomia prevalece e não se forma uma idéia de todo, porquanto cada unidade toca a outra na superfície, perturbando-se mutuamente e mantendo-se isoladas, em seu fechamento ou clausura operacional, enquanto se autocriam.

Maturana & Varela (1995; 1997) afirmam que abordam o ser vivo com um enfoque mecanicista, desconsiderando forças que não se encontram no universo físico. A autonomia deve ser considerada sem que se faça qualquer relação com o anímico. Maturana (1997) possui uma definição de espaço psíquico interligado ao fenômeno da linguagem e da relação, constituindo-se como um fenômeno não

interiorizado. A linguagem é entendida como as “coordenações de coordenações consensuais de ações”. Para compreender a linguagem, Maturana abandona a semântica instaurando a predominância da fisiologia sobre o símbolo. Este é substituído pela descrição do comportamento efetivo, ocorrido em um espaço relacional, excluindo qualquer idéia de representação mental.

A linguagem humana surge por uma história de acoplamento estrutural entre seres humanos, que são sistemas autopoieticos. As dimensões psíquica, espiritual e/ou mental são definidas pelo domínio das relações e interações do organismo fechado estruturalmente, mas formado pelas conversações, pelos entrelaçamentos do emocionar e do “linguajar”. Não se trata, portanto, de uma dinâmica interna, nem de vínculos causais entre os organismos, mas de classes de comportamentos relacionais no fluir relacional dos organismos (Maturana, 2000).

No último Congresso Brasileiro de Terapia de Família, em 2002, Maturana expôs o que entende por família: um espaço de convivência, determinado pelo desejo e pelo prazer de estar junto. Reafirmou a visão da família como um sistema, destacando, porém, que atuar sobre um elemento é atuar sobre a totalidade. Surpreendi-me ao ouvir uma explanação que pode ser remetida a uma tradição humanista, defendendo a autonomia, a felicidade e a reflexão, embora não tenha feito nenhuma referência exterior à Biologia. Penso que se pode interpretar esta conferência como uma visão que se pretende isolada, sem filiação, mas querendo exercer influência sobre outros campos, como o da Terapia de Família, gerando herdeiros.

A partir de um outro texto, no qual Maturana (2000) afirma a iniciativa individual como a fonte de toda mudança social, observa-se a essência individualista, sugerindo ao terapeuta de família a importância de sua interação com cada indivíduo particularizado, para que haja a transformação do sistema.

“(…) se o comportamento de um sistema vivo individual, integrante de um sistema social, mudar de tal forma que a configuração de ações coordenadas com os outros componentes também mude, então todo o sistema se transformará, tornando-se um sistema social de gênero diferente. Já que a família é um sistema social, o que eu disse sobre os sistemas sociais se aplica a elas, daí decorre que, qualquer que seja a mudança ocorrida em uma família, (…) se opera com base na transformação dos indivíduos que a compõem. (…) O conjunto do processo assemelha-se a uma transformação coreográfica no decorrer de um balé, durante o qual um dançarino faz uma inovação e é seguido pelos outros.”

(Maturana, 2000, p.146)

Quanto ao Construcionismo Social, é menos evidente como ele possibilita uma deferência ao individual. Assim como o Construtivismo, o Construcionismo Social não retoma a noção intrapsíquica, mas libera o caminho para o abandono de uma concepção sistêmica restrita. Não se trata de uma crítica efusiva à idéia de comunicação, eliminando-a de uma formulação teórica como faz o Construtivismo. Critica, igualmente, a perspectiva da comunicação como entrada e saída de informação no sistema, que é indicativa de uma relação de causalidade linear entre os sistemas que se comunicam. A crítica refere-se ao mecanismo informacional. A réplica do Construcionismo sugere uma substituição, definindo o processo de comunicar como relacional. Neste sentido, preserva a idéia de comunicação, caracterizada como o que acontece *entre* as pessoas: comunicação é uma coordenação relacional e não um mecanismo de entrada e saída em um dado sistema, seja ele uma caixa escura ou uma família (Gergen, 1999a; 1999b). A ênfase desloca-se do padrão comunicacional, para realçar o *entre*, e não a pessoa, como a unidade comunicante. Não é mais necessário, no entanto, negar a subjetividade de um modo absoluto, como impeditiva para a construção de um conhecimento considerado válido.

Segundo Gergen (1997), o Construcionismo Social não se propõe a discutir o funcionamento da mente humana. Seu foco não está na mente, mas sim nas relações sociais. Por outro lado, não opõe o mental ao comportamento observado; não está preocupado em afirmar a existência ou não de entidades, estruturas e processos.

Um construcionista quer conhecer quais são as formas representativas utilizadas para a construção de cada mundo particular, envolvendo a comunidade social e os modos de discurso de cada cultura. Qualquer teoria, assim, pode ser válida, desde que seja representativa para a comunidade em questão. Ressalta-se a importância das definições, porque elas impõem limites às ações. As definições são, no entanto, produto de uma história e de uma cultura determinada, podendo ser modificadas (Gergen, 1992). Apesar de não negar a mente ou uma idéia de mundo interior, Gergen propõe algo totalmente diferenciado da tradição dos saberes psicológicos.

A relação, como realidade fundamental, vê-se impedida de se desenvolver, devido à predominância de um vocabulário, no qual a pessoa continua sendo compreendida de modo isolado, como indivíduo autônomo. A emoção, costumeiramente compreendida pelos psicólogos como uma realidade biológica ou intrapsíquica, deve, segundo Gergen (1992), ser entendida como atuações culturais, aprendidas e realizadas em ocasiões oportunas. Ninguém é impulsionado por forças encerradas em seu interior; atua-se emotivamente, do mesmo modo, que se representa um papel no palco. A ciência, neste sentido, não pode fornecer uma imagem mais acurada da realidade do que a ficção. Tanto ciência quanto ficção são guiadas por convenções culturais, situadas na história.

A terapia, por conseguinte, não tem como oferecer uma realidade anterior ao encontro terapêutico (Gergen & Kaye, 1998). Não há como formular uma teoria da família, embasando uma prática terapêutica, apesar de Gergen (1992) reconhecer sua importância na formação da personalidade, como fonte moral. Ressalta, no entanto, que a família está privada de seu tradicional papel de formadora. O campo relacional se estende e vai para além da família. A relação se fragmenta em múltiplas interações sociais, passando a formar as identidades pessoais. Para Gergen (1992), a decadência da família não deve ser lamentada, já que existem outras possibilidades: é melhor ter relações fragmentadas do que não ter nenhuma. De qualquer modo, a dispersão das relações, na pós-

modernidade, coaduna-se com sua perspectiva da formação das identidades e de como deve ser trabalhada em terapia.

“(...) a consciência pós-moderna privilegia um total relativismo das expressões da identidade. No nível metateórico, ela convida a uma multiplicidade de versões da realidade, embora reconheça as contingências situadas histórica e culturalmente de cada uma delas. Existem somente versões da verdade dentro de conversações distintas, e nenhuma conversação é privilegiada. Se os terapeutas adotam esta visão no nível metateórico, seria um ato de má fé abandoná-la no nível da prática. Assim, para um profissional pós-moderno, uma multiplicidade de autoversões é estimulada, mas não o comprometimento a uma delas. Isto encoraja o cliente, por um lado a explorar uma variedade de meios de entendimento do *self*, mas desencoraja um comprometimento com qualquer um deles enquanto ‘a verdade do *self*’. As construções narrativas permanecem fluidas, abertas às marés das circunstâncias – àquelas formas de dança que proporcionem uma sustentação mais completa.”

(Gergen & Kaye, 1998, p.216)

O *self* constitui-se como um “subproduto das relações”. A relação tem predominância sobre o *self* individual. Parece haver aqui um todo organizado hierarquicamente, aproximando-se da formulação sistêmica, embora Gergen não reconheça nenhuma destas categorias como válidas. Novamente, observa-se uma característica pós-moderna: já que tudo é novo, nada se insere em uma filiação. Não estou negando as diferenças, instauradas pelo ponto de vista de Gergen. Somente aponto que a necessidade de tudo questionar impede o reconhecimento e a reflexão sobre as continuidades. Isto se percebe em outro texto (Gergen & Warhus, 1999), a respeito da prática terapêutica como uma construção social. A argumentação de Gergen sugere uma idéia de transposição progressiva, construindo uma metateoria para orientar a postura terapêutica. Nos aspectos, especificados a seguir, deve-se caminhar de um ponto a outro: da ênfase nos fundamentos à flexibilidade; da essência à consciência de uma construção; da crença no especialista à colaboração; da neutralidade à relevância dos valores; da mente ao discurso; do *self* à relação; da singularidade às múltiplas vozes; dos problemas à potencialidade futura; do *insight* à ação. A princípio, não há nenhum problema com estas sugestões. Elas parecem ser bem interessantes para uma prática terapêutica. O problema está, porém, em não se refletir sobre as implicações que esta postura acarreta. O

que significa ir do *insight* à ação e do *self* à relação? As implicações de uma negação do mundo interior e a centralização no mundo externo da ação e da relação precisam ser pensadas. E, neste caso, Construtivismo e Construcionismo Social se aproximam, ao afirmarem terem superado a dicotomia exterior-interior, suspendendo a discussão.

Apesar de não defenderem um retorno ao intrapsíquico, o Construtivismo e o Construcionismo Social contiveram a “proibição” sistêmica de fazer referência à parte. Eles, contudo, não estavam sozinhos. O movimento feminista, embrenhando-se no campo da Terapia de Família, trouxe importantes questionamentos, ao ressaltar a igualdade e a democracia como valores a serem considerados em uma definição de família (Goodrich, 1990; Luepnitz, 2002; Perelberg, 1994; Rampage & Avis, 1998). O feminismo trouxe, igualmente, a perspectiva de que cada parte no sistema tem o seu poder determinado pelo contexto sociocultural, dando relevo à dominação do homem sobre a mulher. Uma compreensão sistêmica, obrigatoriamente, tem que dirigir sua atenção ao contexto sociocultural. Buscando somente a observação e a modificação de um padrão comunicacional, uma visão sistêmica abstrata leva a um encobrimento das definições dos papéis dados, a cada indivíduo, pela sociedade. A terapia deve atentar para esta imposição, a fim de permitir uma transformação dos papéis, liberando as partes para se autoconstruírem, questionando o sistema sócio-familiar que as formam. Maior igualdade, reconhecendo as diferenças, e maior liberdade individual formam uma via aberta para o destaque da construção da subjetividade no interior da família.

As terapeutas de família feministas sugerem que deve haver, no campo, uma maior sensibilidade às questões da identidade sexual. Desejam ressaltar tanto a dinâmica individual quanto a interacional, para a formulação teórica e a intervenção terapêutica. Não querem com isto acrescentar mais técnicas, mas estabelecer um ponto de vista feminista para a terapia, incluindo tanto a relação quanto o *self*.

“A partir de uma perspectiva feminista, a família saudável é aquela em que seus membros se encontram comprometidos com o estímulo do potencial de todos, com a evitação de todo tipo de exploração interpessoal e com o recíproco oferecimento de apoio, cuidados, assistência e afeição.

(...)

No nível individual, o funcionamento saudável, segundo a perspectiva feminista, significa a capacidade de funcionar de maneira efetiva de acordo com o próprio *self* – determinar metas pessoais e direcionar uma carga suficiente de energia para alcançá-las – e engajar-se ativa, íntima e generosamente nos relacionamentos que estabelece com os demais.”

(Rampage & Avis, 1998, 203)

Antes das feministas, há uma mulher que, localizada no MRI, constitui uma exceção à visão sistêmica estrita, postulando o *self* como instalado no interior do sistema. Virginia Satir, desde os anos de 1960, desenvolve uma teoria de caráter sistêmico que enfatiza os aspectos emocionais e de crescimento de cada membro da família, valorizando a singularidade, a liberdade e a auto-expressão (Winter, 1998). Na década de 70, Satir trabalha com a idéia de *self* do terapeuta como um importante fator da prática terapêutica. Para ela, há dois veículos de mudança, a serem trabalhados na terapia: o impacto da família de origem sobre a formação do *self*, remetendo a, pelo menos, três gerações, e o impacto das relações da família nuclear sobre os relacionamentos entre os diferentes *selves*. Defende uma formulação psicodinâmica trabalhando com a história familiar, utilizando técnicas variadas, oriundas de escolas terapêuticas diversas, principalmente das escolas humanistas. O objetivo da terapia é ajudar as pessoas a acessarem seus recursos interiores, compreendendo a personalidade como dividida em partes. Estas devem ser reconhecidas, nomeadas, postas em relação e integradas durante o processo terapêutico, superando conflitos internos (Gomori & Winter, 1998).

Estas idéias de Satir e das terapeutas de família feministas são reiteradas quando surge o movimento de integração, no campo da Terapia de Família. Além disso, muitas destas terapeutas formulavam práticas clínicas oriundas da linha sistêmica intergeracional. A formação da identidade sexual é compreendida como uma questão que remete à história das interações familiares

que são construídas ao longo dos anos. Apesar da crítica feminista também se dirigir à Psicanálise, de Freud a Lacan (Brennan, 1997; Nye, 1995), algumas terapeutas de família feministas reencontraram a Psicanálise para pensar a diferença sexual e seus vínculos com a formação da identidade pessoal.

Deborah A. Luepnitz (2002) é uma das terapeutas de família que adota tanto o feminismo quanto a Psicanálise para uma proposta terapêutica. Defende que, mesmo que Freud não tenha visto uma família em tratamento, ele, obviamente, oferece uma compreensão a respeito das interações familiares. Já se pode perceber, em Freud, uma crença na continuidade emocional da família, transmitida de geração em geração. Freud, porém, não discute o sintoma como servindo ou não às interações familiares. O seu paciente é o indivíduo. O que torna a família um objeto para a intervenção terapêutica é o movimento da Terapia de Família. Luepnitz (2002) ressalta, entretanto, a perda sofrida por este movimento, ao rejeitar uma origem psicanalítica. Esta rejeição inclusive surge entre as feministas que utilizam termos psicanalíticos sem fazerem referência à Psicanálise. O objetivo da autora, em seu livro, é o de resgatar a Psicanálise, integrando-a a uma perspectiva feminista.

Chego aos anos de 1980, mas gostaria de dar uma volta, retornando aos anos 60, para o já mencionado movimento sistêmico intergeracional. Pode-se, assim, reencontrar uma construção alternativa: uma visão de família e de sujeito, vinculando intrapsíquico e relacional, com influência da Psicanálise. O postulado da transmissão psíquica, perpassada entre as gerações, questiona a Teoria Sistêmica a respeito da conexão intrapsíquico-relacional.

Como resultado do fortalecimento de um grupo, Ivan Boszormenyi-Nagy organiza um livro junto com James Framo (1976), que tem sua primeira edição em inglês no ano de 1965. Neste livro, estão reunidos os principais terapeutas e estudiosos da família que adotam a Teoria Sistêmica sem negar a Psicanálise. Nathan Ackerman, Murray Bowen, Ronald Laing, Carl Whitaker,

Lyman Wynne, entre outros, são os principais especialistas que conciliam, na teoria e na prática, o indivíduo e a família. Reunindo uma diversidade de temas e autores, o conjunto da obra tem por título *Terapia Familiar Intensiva*, destacando um trabalho com as relações familiares, no qual o inconsciente tem um papel fundamental. Uma frase pode resumir a idéia defendida no livro: mudança intrapsíquica e mudança no sistema são paralelas. Este paralelismo não deve ser confundido com fusão, porquanto se faz necessário distinguir entre processos intrapsíquicos e processos interpessoais. Desse modo, acreditam que há, na família, uma estrutura motivacional, multipersonal, sendo o comportamento individual motivado tanto por forças intrapsíquicas individuais quanto por decorrência das relações com figuras significativas. Postula-se uma organização hierárquica entre família e indivíduo, já que lutas intrapsíquicas, conflitos internos, se fundamentam em uma totalidade transaccional. O sistema familiar é compreendido como formado por forças interpessoais centralizadoras e ocultas, derivadas, em parte, de conflitos intrapsíquicos do passado, vivenciados por membros da família, manifestando-se no presente.

Boszormenyi-Nagy (1976) defende uma teoria dialética da personalidade e da relacionalidade, utilizando o termo dialético para designar o princípio dinâmico do encontro criativo (síntese) de algo e seu oposto (tese e antítese). Refere-se, particularmente, ao encontro do eu e do não-eu, cujo principal resultado é a participação do outro na constituição do eu (Ducommun-Nagy, 1998). A partir das palavras de Ivan Boszormenyi-Nagy, pode-se resumir as principais idéias da perspectiva sistêmica intergeracional, incluindo, no seu caso, uma orientação existencialista.

“Tal como la psicoterapia individual ha estimulado la aparición de un modelo dinámico de organización de la personalidad (Freud), la terapia familiar conjunta requiere un modelo adecuado de dinámica transaccional. Esto no quiere decir que para el estudio del nivel familiar de la organización social pueda uno prescindir de la psicodinámica freudiana. Significa que las relaciones familiares representan un nivel de organización más alto y complejo, que necesita un marco teórico más amplio para explicar los fenómenos de las interacciones y las transacciones que surgen en la familia. Que la construcción de un

language transaccional posee un valor práctico grande (...) algunas determinantes inconscientes, de largo alcance en las relaciones familiares, no pueden entenderse sin la construcción de un language comprensivo, transaccional y, al mismo tiempo, experiencial.”

(Boszormenyi-Nagy, 1976, p.56)

Fundamental para esta perspectiva é a vivência do terapeuta no processo de atendimento à família, isto é, as expectativas relacionais internalizadas do terapeuta são vividas intensamente nesta prática terapêutica, mais do que em qualquer outra. Daí surge a necessidade de se realizar um trabalho com o *self* do terapeuta. A subjetividade, portanto, é marcadamente presente na prática dos terapeutas de família sistêmicos, influenciados pela Psicanálise.

A idéia da Terapia de Família dá voltas ao mundo e chega à França. Hélène Brunschwig (1997) relata sua descoberta de um outro mundo, para além do estritamente psicanalítico, no qual conhece conceitos novos como função do sintoma, homeostase, relação intersíquica e transmissão transgeracional. Ressaltando a exclusividade de um trabalho sobre o indivíduo, realizado pelos psicanalistas, Brunschwig cita uma passagem de Freud (1933) sobre o superego da criança, na qual ele afirma que o superego não é formado pela imagem dos pais, mas pela imagem do superego de cada um dos pais. Destaca-se, assim, o aspecto internalizado das relações familiares. Hélène Brunschwig reconhece a oposição inicial entre a Teoria Sistêmica e a Psicanálise, mas pensa que elas se reaproximam com o decorrer dos anos, culminando na França com a criação de uma Terapia de Família psicanalítica, cujo conceito de transmissão transgeracional, recebido como herança dos sistêmicos psicodinâmicos, se torna fundamental. Esta não é, todavia, uma posição que possa ser generalizada a todos os terapeutas de família franceses.

Foi necessário que os psicanalistas franceses, desejosos de uma Terapia de Família fundamentada na Psicanálise, realizassem modificações e adaptações para tornar exequível uma intervenção clínica na família, que fosse chamada de psicanalítica, ao invés de sistêmica. Neste caso, a família é compreendida como interiorizada,

como parte do sujeito, possuindo suas próprias características que exigem novos conceitos psicanalíticos. A família é considerada pelo processo de transmissão psíquica que, ocorrendo entre as gerações, relaciona o todo com a parte. Cada membro da família deve realizar um trabalho psíquico sobre a herança familiar que lhe é transmitida.

Logo no prefácio do livro *La Thérapie familiale psychanalytique*, Ruffiot et alli (1985) define a abordagem terapêutica do grupo familiar, compreendendo dois pólos: um pólo sistêmico interacional e o pólo psicanalítico grupalista. Para ele, são duas concepções do funcionamento familiar, referindo-se a dois níveis de compreensão da clínica. Por consequência, são dois modelos de teorização diferentes, gerando diferentes técnicas de intervenção na família. Reconhece a inovação da Teoria Sistêmica, porém, Ruffiot lamenta que alguns psicanalistas tenham excluído uma abordagem intrapsíquica, ao adotarem a referência sistêmica, ou que outros tenham feito uma mistura dos dois, na qual a Psicanálise ocupa um lugar menor. O argumento para estas tomadas de posição costuma ser que a Psicanálise é uma teoria a respeito do indivíduo, no máximo, de uma díade. Para o autor, este tipo de justificativa ignora a teoria psicanalítica de grupo, indicada por Freud em suas últimas intuições e resumidas da seguinte forma: o indivíduo é um grupo interiorizado; o intrapsíquico é uma interiorização das mais primitivas redes de relações familiares. Além disso, ignora-se que, a partir de 1950, se criou uma teoria psicanalítica de grupo que gerou novas técnicas de intervenção. Quanto à Terapia de Família psicanalítica é somente a partir de 1970, na França, que se delimita um campo e uma prática, fazendo nascer uma concepção grupalista do indivíduo e da família, independente de toda referência à Teoria Sistêmica, assegura Ruffiot et alli (1985).

Na década de 1970, portanto, estabelecem-se duas referências heterogêneas, cujas diferenças devem ser destacadas. A Teoria Sistêmica funda-se sobre a observação da comunicação manifesta e, influenciada pelo Behaviorismo, com objetivos pragmáticos,

privilegia a observação do comportamento e de sua mudança, através do estabelecimento de um novo tipo de comunicação. A abordagem psicanalítica grupalista inspira-se, tanto na teoria quanto na técnica, por uma representação do *status* da fantasia grupal e individual no interior de cada família. Trata-se de uma escuta, para além das trocas verbais e comportamentais, da fantasia familiar, no interior do aparelho psíquico da família, que se revela das associações livres dos membros da família, reunidos na sessão. O analista procura escutar a comunicação inconsciente, subjacente a toda comunicação manifesta por interação, em um nível de funcionamento arcaico, no qual os indivíduos diluem suas psiques individuais em uma psique grupal. Esta última observação, levou Ruffiot et alli (1985) a formular uma hipótese de um “aparelho psíquico familiar”, baseado no “aparelho psíquico grupal”, conceito formulado por Kães em 1976, cuja definição é a constituição de um espaço “intermediário, mediador” entre a realidade psíquica interna e a realidade social externa. Ruffiot estabelece o “aparelho psíquico familiar” como a matriz de todo aparelho psíquico grupal e, por consequência, mediador de toda relação social.

Kães (2001) identifica, em Freud, o conceito de transmissão psíquica, manifestando-se pela diversidade semântica, pela diversidade de objetos e pela pesquisa freudiana sobre o tema. A transmissão psíquica aparece como a questão da hereditariedade nos *Estudos sobre a Histeria* (1895) e prossegue até seus últimos textos, como *Análise terminável e interminável* (1937) e *Moisés e o monoteísmo* (1939), ao discutir a etiologia da neurose e sua transmissibilidade pela via psíquica. *A Interpretação do sonho* (1900) inaugura uma outra via: a da transmissão inconsciente pela identificação ao objeto ou à fantasia do desejo do outro. O debate centra-se sobre a imitação e o contágio psíquico entre os sujeitos, mas igualmente sobre as modalidades intrapsíquicas da transmissão dos pensamentos (do sonho). Em *Totem e Tabu* (1912-1913), o tema surge como o que se transmite de geração em geração, tal como o tabu e a culpabilidade. Com a *Psicologia de grupo e a análise do*

ego (1921) e *O ego e o id* (1923), a questão da transmissão é relançada sobre as bases da identificação, do ego e do superego.

Ressaltando a intersubjetividade como uma questão para a Psicanálise, a transmissão psíquica é retomada por Käs para repensar Freud, diferenciando-se da referência sistêmica. A transmissão psíquica é intersubjetiva, caracterizando um movimento pelo qual um sujeito se identifica com o desejo ou com o sintoma de um outro, transmitindo-se, de um ao outro, um traço inconsciente, posto em comum. A identificação passa a ser vista como um índice de coincidência entre dois “eus”, tratando-se de uma aliança inconsciente. A transmissão psíquica relaciona-se ainda com a noção de trabalho psíquico, compreendendo o processo e o resultado de ligações psíquicas entre dois aparelhos psíquicos e as operações realizadas por estas ligações. Requer-se, neste sentido, a diferenciação entre o que é transmitido e o que é recebido e transformado, durante a história de um sujeito, em um processo pessoal de apropriação da herança. É *a posteriori*, portanto, que se permite uma reinscrição interpretativa, descartando uma visão de causalidade linear para a transmissão psíquica. Desse modo, distingue-se o conceito de transmissão psíquica do conceito de comunicação que, impregnado de uma concepção behaviorista, baseia-se na observação aqui-e-agora do par estímulo-resposta ou da entrada e saída de informação. A transmissão psíquica, defendida pela Psicanálise, rompe com o par estímulo-resposta, enfatizando a idéia de trabalho psíquico e de interpretação *a posteriori*. Passado e presente confundem-se ao serem relacionados.

Da oposição relacional/intrapsíquico surgem duas opções: a observação de um padrão comunicacional, que identifica o funcionamento de um sistema familiar; ou a identificação entre traços inconscientes, definindo-se, de modo privilegiado, pela transmissão psíquica entre gerações. Em outras palavras, definindo os termos de uma oposição, tem-se: de um lado, a comunicação, realizada no presente, geralmente entre duas gerações, definindo um modo de funcionar sistêmico, que se identifica pela observação do

padrão comunicacional, determinante do comportamento de cada membro da família; e, de outro lado, a transmissão psíquica, atravessando gerações, exigindo-se uma atenção às histórias que são contadas e recontadas pelas famílias, das quais os indivíduos extraem parte do significado de suas vidas. Estas são questões que remetem a uma oposição entre espaços: exterior, aquilo que pode ser observado e descrito, e interior, aquilo que se interpreta das ligações inconscientes que circulam entre os sujeitos. Não acredito que esta oposição resolva-se simplesmente pela defesa de uma complementaridade entre as duas referências. Há que se fazer distinções e vinculações, que transformem a perspectiva teórica.

A despeito da ênfase no vínculo entre comunicação comportamento e ação, tão lembrado pelo aspecto pragmático da Teoria Sistêmica, a transmissão psíquica é igualmente um ato, que pode ser observado pelo comportamento manifesto. Transmitir possui um sentido mais amplo no tempo e requer mais atividade do sujeito, requer uma elaboração psíquica. Comunicar, idéia contida em um padrão de funcionamento que determina comportamentos pelo aspecto interacional, enfatiza o aspecto sistêmico ou relacional, ponto de entrada para a mudança das relações familiares e do comportamento individual. Em um sentido extenso, comunicação e transmissão se entrecruzam: o que se transmite se comunica. Estabelecendo uma distinção, no entanto, há que se considerar que comunicar está mais ligado a fazer saber ou a fazer conhecer, ligando-se, portanto, a uma idéia de reprodução, tal como na reprodução de um padrão funcional. Transmitir não é reproduzir, mas sim produzir. A reprodução está ligada ao biológico, ao orgânico, enquanto a transmissão diz respeito ao que produz inovação, distinguindo o homem do animal. O humano se inventa ao trabalhar os traços que são herdados por outros humanos. A comunicação vincula-se ao presente, enquanto a transmissão é que constrói a possibilidade de uma história, transmitindo, no tempo, bens, símbolos, valores e propriedades, guardando e reatualizando o passado no presente. A transmissão, portanto, não se localiza

somente no interior do grupo familiar, o que seria uma simplificação de um processo cultural, uma explicação individualista e/ou biológica do social.

Comunicação, fixação e estabilidade se aproximam de tal maneira que permitem uma maior previsibilidade de um processo de trocas de mensagens, limitando o humano à reprodução. Constitui-se, assim, uma ortodoxia, normalizando e fossilizando a troca de mensagens, a fim de se conservar o estabelecido. Transmissão, fluxo e trabalho sobre o recebido possibilitam a criação do novo, instaurando uma relação com o passado que não é o da contemplação passiva. O objeto de transmissão não pré-existe ao processo de transmitir, é durante a operação da transmissão que se cria o que se transmite. Não pode haver, entretanto, transmissão sem comunicação, já que é necessário um ponto de fixação, um ponto que comunica, um traço, para que o trabalho da transmissão opere o novo. A mensagem, além disso, é constituída, elaborada e interpretada pelos sentidos herdados de um determinado quadro cultural.

A partir desta discussão, dois propósitos relacionados podem ser ressaltados: primeiro, para além da simples oposição ou das exclusões incontornáveis, desejo defender uma distinção ou uma diferenciação que relaciona dois aspectos, o relacional e o intrapsíquico; segundo, apontar a necessidade de inserir esta discussão, a da formação de identidades, tanto familiar quanto individual, no interior de um contexto histórico e social, englobador destas identidades. Isto não quer dizer que pretendo abdicar das formulações da Terapia de Família, aqui apresentadas, outrossim, desejo interpretá-las a partir das relações históricas e sociais, das quais a Terapia de Família, a família e o indivíduo emergem e se constituem. Com esta idéia em mente e com o intuito de discutir o movimento de integração entre teorias e práticas, nascido e desenvolvido nos Estados Unidos, prossigo com uma vinculação entre a Terapia de Família e a Psicologia.

4.2.

Fragmentação, unificação e integração na história da Psicologia e da Terapia de Família

A Psicologia é uma disciplina caracterizada pela multiplicidade, compondo-se por inúmeras subdisciplinas, com variadas orientações teóricas, filosóficas e metodológicas, gerando uma diversificação de objetos a cada subdisciplina. O início da Psicologia já se configura pela diversificação e pela falta de unidade, observando-se, no entanto, desde o findar do século XIX e o alvorecer do século XX, tentativas de conciliação como, por exemplo, a introspecção com a psicologia objetivista, a vida interior com a observação sistemática.

Segundo Yanchar & Slife (1997), as causas para a fragmentação são, pelo menos, quatro: (1) a estrutura de remuneração profissional da Psicologia, que divide o campo entre temas mais ou menos gratificados; (2) a bifurcação ciência-prática, que distingue os temas que devem ou não ser considerados de ambos os lados; (3) a diversidade teórica, que pode ser dividida em duas tradições básicas irreconciliáveis, a científica-naturalista e a humanista-culturalista; (4) a diversidade metodológica, que se configura conforme as duas tradições anteriormente citadas. Desse modo, os autores que costumam examinar a fragmentação, elaboram suas discussões transitando entre estas quatro causas.

Uma análise a respeito da fragmentação, unificação e integração da Psicologia tem sido feita em estreita ligação com um resgate da história desta disciplina. William James é um dos que são retomados para exemplificar uma visão de mundo pluralística, propondo uma alternativa à almejada unidade da Psicologia. James afirma que não há ponto de vista privilegiado, do qual um fato possa aparecer como absolutamente simples. Uma concepção monista do mundo, seja ela materialista ou idealista, não observa as características que não estão de acordo com sua visão. A ênfase na experiência, pelo contrário, expõe as condições embaraçosas de uma visão pretensiosa de tudo abarcar. Um alto preço é pago pelo

estabelecimento de esquemas intelectuais que ordenam o mundo de modo definitivo, apesar da segurança que eles podem oferecer. James, segundo Viney (1989), reconhece que uma Psicologia fragmentada em múltiplas teorias e objetos torna inevitável a tentativa da unidade. Seu interesse, no entanto, volta-se para a consideração de um e de muitos, concomitantemente. James acredita no valor de unidades genéricas, permitindo agrupamentos de coisas segundo uma classificação, assim como acredita que a busca destas unidades se faz presente também no cotidiano de todos nós, sendo, portanto, geradora de um benefício social. O benefício de uma unidade disciplinar torna-se uma necessidade, mas Viney (1989) enumera algumas questões importantes para James. Como esta unidade permite ver o mundo? Quais fatos se diferenciam? Que tipo de unidade ela é? Lingüística, filosófica, metodológica ou estética? Supondo-se diversas unidades, elas poderiam ser ajustadas em uma ampla e coerente estrutura? As respostas a estas perguntas estão fundamentadas em uma premissa: a unidade deve ser constituída assegurando que pontos de vista alternativos recebam a merecida atenção. James defende, com esta premissa, um solo pragmático, a fim de assegurar que um esquema intelectual não se torne absoluto. Define, assim, sua preferência pelos dados da experiência, ao invés de uma abstração intelectual.

Para Staats (1991), a fragmentação da Psicologia tem sido reconhecida de modo casual, durante sua história, fazendo com que aqueles que questionam a falta de unidade da Psicologia sejam, comumente, ignorados. Hoje a busca por uma unidade não é uma tarefa fácil devido ao elevado número de elementos a serem relacionados. Muitas vantagens, no entanto, podem ser produzidas quanto à diminuição da competição, o aumento da colaboração para resolver problemas, tornando o conhecimento mais conectado. Staats (1991) acredita que toda ciência começa caótica, não-unificada, e somente através de longos esforços ela se move para um estado unificado. O processo de unificação, portanto, é uma dimensão fundamental do progresso da ciência. Não acredita,

porém, que a unificação seja sinônimo de dominação. Uma ciência incapaz de permitir a proliferação de elementos e de articulá-los não será capaz de atingir um estado de unificação.

Em um projeto de unificação, torna-se essencial diminuir a redundância de achados e de conceitos encontrados na Psicologia. Devem-se observar os pontos em comum, que não têm sido identificados por serem descritos em diferentes linguagens e por diferentes teorias. A importância de um fenômeno particular deve depender, em parte, da extensão em que ele se insere em uma rede de relações com outros fenômenos, assim como também o valor de uma teoria está na extensão em que ela introduz um fenômeno em uma rede significativa. O autor não defende a combinação eclética superficial. Ele quer construir pontes que vinculem as teorias, buscando elementos, entre as teorias e suas metodologias, que possam ser relacionados, sem a intenção de construir uma teoria completa ou um método definitivo (Staats, 1999). Neste sentido, Staats (1991) chama atenção para Psicologia Cognitiva, afirmando que, apesar de ela se considerar a concretização da unidade na Psicologia, ela é um somatório de elementos inarticulados. Dessa forma, o projeto de unificação mantém-se. O interesse principal de Staats (1991) é o da busca de uma estrutura teórica ampla, organizando hierarquicamente os campos teóricos da Psicologia e relacionando os elementos encontrados. A construção de uma rede, portanto, é mais importante do que experimentos bem-sucedidos, mas isolados entre si.

Sternberg & Grigorenko (2001) descrevem uma abordagem, chamada de Psicologia Unificada, cujas características principais são a multiplicidade de paradigmas e de disciplinas, aliada à integração do fenômeno psicológico, a partir de uma convergência das operações metodológicas. Para que esta Psicologia se realize, é preciso pôr de lado três hábitos muito presentes entre os psicólogos: (1) a exclusiva confiança em uma simples metodologia; (2) a identificação de áreas especializadas em termos de subdisciplinas psicológicas; (3) a aderência a um simples paradigma para a

investigação do fenômeno psicológico. Ao eliminar estes três hábitos-obstáculos, desejam construir uma abordagem holística para a investigação psicológica, fornecendo uma base para integrar e unificar diversas visões do ser humano. Quando afirmam a convergência de operações, referem-se ao uso de múltiplas metodologias para estudar um simples fenômeno ou problema psicológico. A idéia básica é a de que uma metodologia isolada é inadequada para um estudo compreensivo de qualquer fenômeno psicológico, levando a que se entenda somente parte deste fenômeno. Afirmam que não possuem uma perspectiva totalizadora, nem indivisível e nem eclética. Ressaltam a compreensão do fenômeno psicológico como inserida em uma entidade gestáltica: cada parte está incluída em um todo maior, relacionando-se com outras partes. Para estes autores, mais do que focalizar métodos ou paradigmas, é fundamental distinguir um foco de estudo e contextualizá-lo, encorajando a diversidade de visões sobre o fenômeno psicológico e sobre como abordá-lo.

Até aqui, citei autores que discutem a fragmentação, unificação e a integração do ponto de vista da teoria e da investigação psicológica. Esta discussão, entretanto, é igualmente intensa no campo das práticas psicoterápicas. Nos Estados Unidos, em 1959, foram identificados 36 sistemas de psicoterapia distintos; em 1979, mais de 130 formas de terapia eram oferecidas; em 1986, mais de 400 escolas de psicoterapia são identificadas. A rivalidade, comentam Beitman et alli (1989), marca a relação entre estas diferentes formas de psicoterapia desde o seu começo, caracterizando um meio em que um dogma deve substituir o outro. Com o passar dos anos, porém, há uma abertura maior para contribuições de diferentes perspectivas, aumentando a consciência de que a utilização de uma única escola traz limitações clínicas. Por conseguinte, alguns terapeutas começaram a utilizar técnicas de diferentes escolas sem se preocuparem com sua origem teórica. Somente a partir do meado da década de 1970, desenvolve-se uma área de interesse, claramente delineada, sobre a integração em

psicoterapia. Este crescente interesse gera uma série de publicações, organizações e conferências sobre o tema, culminando com a criação de um periódico específico: o *Journal of Integrative and Eclectic Psychotherapy*.

Beitman et alli (1989) sugerem que, no percurso deste movimento, torna-se importante distinguir ecletismo de integração. O termo ecletismo costuma ser empregado para se referir a uma mistura de técnicas, sem preocupação teórica. A integração pode admitir um componente eclético, ao integrar métodos clínicos de diversas fontes, mas o termo integração adquiriu um significado mais teórico, denotando uma síntese conceitual de diversos sistemas interpretativos. O ecletismo é empírico, aproveitando o que já existe, e é mais pragmático, preocupando-se em obter melhores resultados. A integração, sendo mais teórica do que empírica, preocupa-se em criar algo novo, uma gestalt teórica coerente ou uma estrutura metateórica.

Os autores enumeram seis motivos para o movimento de integração estar ocorrendo: (1) proliferação de práticas terapêuticas; (2) limitações de uma única teoria; (3) igualdade dos resultados entre as terapias; (4) busca de pontos em comum; (5) ênfase sobre as características do paciente e sobre a relação terapêutica; (6) contingências sociais, políticas e econômicas.

Poznanski & McLennan (1995) relembram o clássico estudo de Fiedler, realizado em 1950, que se torna conhecido por sua conclusão: não há diferenças notórias, na prática terapêutica de terapeutas experientes, que adotam várias orientações teóricas. Neste sentido, a experiência toma maior vulto sobre a escolha teórica, aumentando o interesse por uma compreensão da prática terapêutica, que transcenda as diferenças teóricas. Arnkoff (1995) comentando o texto de Poznanski & McLennan (1995) propõe que o crescente interesse pelo movimento de integração deve ser dividido em três áreas: (1) a busca de fatores comuns, representado pelos estudos que não encontram diferenças significativas entre os tratamentos; (2) a integração teórica que procura combinar

elementos existentes de teorias, combinando aspectos de diferentes escolas e criando novas teorias; e (3) ecletismo técnico que envolve a seleção de técnicas, de diferentes escolas, que melhor se ajustam à necessidade do cliente.

Muitos outros artigos abordam o tema da integração, defendendo pontos de vista específicos, tais como quais escolas ou técnicas devem ser selecionadas ou quais dos seus conceitos devem ser agrupados, etc., configurando-se uma extensa discussão. O periódico *Journal of Psychotherapy Integration*, criado nos anos 80 por *The Society for the Exploration of Psychotherapy Integration* (SEPI), inaugurou uma seção especial, na qual são resgatados e publicados textos considerados clássicos desta idéia de integração, seguindo-se de vários artigos-comentários que intensificam o debate. O primeiro deles foi um artigo publicado em 1936 por Saul Rosenzweig, no periódico *American Journal of Orthopsychiatry*. O artigo começa com uma citação de um personagem de Lewis Carroll, do livro *Aventuras de Alice no País das Maravilhas*: “Finalmente o Dodô declarou: ‘Todo mundo ganhou, e todos devem ganhar prêmios’” (Carroll, 2002, p.29). Esta frase pronunciada após uma “corrida em comitê” - desordenada, sem ponto de partida e de chegada, prescindindo de um único vencedor - é uma analogia à falta de um critério, definidor da melhor forma de se exercer a prática terapêutica. O sem sentido da disputa, gerado pela ausência de competição e pelo alcance do bom resultado por todos os participantes, revela o clima da busca de fatores em comum entre as diversas práticas terapêuticas. São quatro os fatores comuns, enumerados por Rosenzweig (2002), encontrados nas práticas terapêuticas que obtêm bons resultados: (1) operação de fatores implícitos, não-verbalizados, como um efeito indefinido da personalidade de um bom terapeuta; (2) a consistência formal da ideologia terapêutica, como uma base para sua prática; (3) uma formulação alternativa dos eventos psicológicos; e (4) a interdependência da organização das personalidades, tanto do cliente quanto do terapeuta, reduzindo o efeito das diferenças entre

uma forma de psicoterapia ou outra. Rosenzweig (2002) conclui que a verdade, completa ou absoluta, de uma teoria ou de uma técnica não é necessária para o sucesso terapêutico.

Duncan (2002a) comenta que, após este artigo de 1936, muitos outros foram publicados para propor e discutir o tema, reconhecendo ou não a influência de Rosenzweig. Dentre os que receberam uma influência direta, e explicitada pelo próprio, está Carl Rogers, fundador da Abordagem Centrada na Pessoa. Esta abordagem se caracteriza pela redução da sistematização teórica e técnica para fundamentar a prática terapêutica, privilegiando a relação com o cliente. A partir de 1980, relata Duncan (2002b), há um incremento quanto à discussão e à publicação de textos que discutem os fatores em comum, variando a descrição ou a ênfase dada a cada um dos fatores definidos por Rosenzweig. Estes textos referem-se, particularmente, ao movimento do ecletismo e da integração.

Duncan (2002b) sugere que, no espírito do legado de Rosenzweig, os psicoterapeutas abandonem a falida procura empírica por intervenções prescritivas, baseadas no modelo médico de psicopatologia para a cura de desordens específicas. Trata-se, portanto, de uma chamada para uma aplicação sistemática dos fatores em comum, fundamentando-se no modelo relacional e na competência do cliente. A terapia pode obter bons resultados, mas a compreensão do que a faz funcionar não pode ser encontrada em explicações estreitas ou no raciocínio *a posteriori* adotado por diferentes orientações teóricas. Muitas pesquisas foram feitas neste sentido, o que leva Duncan (2002b) a sumariá-las, redefinindo os fatores em comum:

- 1 - O fator cliente: o cliente é o mais potente colaborador para que ocorra um bom resultado psicoterápico, sendo os seus recursos trazidos para dentro da terapia e levados para influenciar o lado de fora. A habilidade do cliente para mudar supera qualquer diferença entre os modelos. O terapeuta precisa desenvolver suas habilidades para formular

o problema de modo relevante para o seu cliente, a ponto de imprimir nele o começo de um trabalho para a sua transformação. Aprecia-se, dessa forma, a singularidade de cada indivíduo;

- 2 - O fator relação: a percepção do cliente quanto à relação terapêutica é o mais consistente prognóstico para a melhora. A aliança entre terapeuta e cliente contribui para criar um padrão de conquista de objetivos. Isto requer do terapeuta, no seu dia-a-dia, uma atenção cuidadosa e dirigida para as necessidades de seu cliente, monitorando suas reações, seus comentários, suas explicações, suas interpretações, suas questões e sugestões. Isto demanda uma grande medida de flexibilidade da parte do terapeuta e uma disposição para mudar uma postura relacional, adaptando-se às percepções do cliente, em busca do que seja mais proveitoso;
- 3 - O fator placebo: nas terapias bem-sucedidas, tanto terapeuta quanto cliente acreditam no poder restaurador dos procedimentos e dos rituais terapêuticos. Deste ponto de vista, qualquer técnica de qualquer modelo pode ser considerado como um ritual curativo, rico em possibilidades de esperança e de expectativas inspiradoras;
- 4 - O fator modelo/técnica: as comparações feitas, entre técnicas terapêuticas de diferentes modelos, não demonstraram um mínimo de diferencial quanto à sua eficácia. As explicações teóricas dos terapeutas contam menos pela especificidade de sua teoria do que pela consistência com que uma doutrina usada é aderida, oferecendo uma base sistemática para mudança e uma formulação alternativa para o cliente.

Este último fator, modelo/técnica, é o que está mais diretamente relacionado ao movimento de integração. Weinberger (2002), remetendo-se a este movimento, afirma que há uma tendência equivocada de procurar o melhor tratamento para uma situação ou um problema específico. Procurar pela definição de uma

ou duas intervenções mais eficientes é um erro que repete a tendência à especialização, característica do modelo médico. A indicação mais plausível, no espírito do legado de Rosenzweig, é a busca pela generalização. Deve-se buscar a formulação de uma teoria, a mais ampla possível, procurando abarcar a complexidade da vida humana.

Blow and Sprenkle (2001) trabalham o tema dos fatores comuns, introduzindo-o no campo da Terapia de Família. Neste caso, os fatores comuns são modificados, como o fator cliente, já que a Terapia de Família não se dirige somente para o indivíduo. São sugeridos cinco fatores comuns específicos da Terapia de Família:

- 1 - O conceito relacional: tradicionalmente, a Terapia de Família compreende os problemas humanos em termos relacionais. Qualquer que seja a configuração familiar apresentada durante a sessão, o terapeuta empreende uma observação e uma intervenção que inclui todo o sistema;
- 2 - A expansão do sistema de tratamento: o tratamento direto é realizado com quem comparece fisicamente à sessão, mas há uma abordagem indireta em que o tratamento sistêmico dirige-se às pessoas ou instituições que estão fora da sessão, mas que podem afetar a terapia em diferentes direções;
- 3 - A expansão da aliança terapêutica: um terapeuta de família trabalha com mais de uma pessoa, expandindo a aliança terapêutica para cada membro da família, para cada subsistema e para o sistema como um todo;
- 4 - Os fatores comportamentais, cognitivos e afetivos: o aspecto comportamental ocorre quando o terapeuta facilita a mudança dos clientes por meio da mudança do padrão interacional, modificando as fronteiras, a estrutura da família ou ajudando os clientes a aprenderem novas habilidades. O domínio cognitivo é ativado quando o terapeuta ajuda seus clientes a obterem *insights* a respeito dos processos interacionais, aos quais estão submetidos, na família, entre

as gerações e entre a família e outros sistemas. O aspecto afetivo ou vivencial ocorre quando o terapeuta facilita as conexões emocionais que os clientes possuem consigo mesmos, com o terapeuta e com cada membro da família;

- 5 - O privilégio da experiência dos clientes: ênfase nos recursos que os clientes possuem para transformarem suas vidas. Esta é uma característica das abordagens terapêuticas influenciadas pelo pós-modernismo, tal como a Terapia de Família.

É importante notar que a busca de fatores comuns, na Terapia de Família, elimina a necessidade tradicional de separar o intrapsíquico do relacional, incluindo ainda os sistemas externos à família.

Um movimento histórico de integração, na Terapia de Família, pode ser identificado na prática diária de cada terapeuta que foi realizando, aos poucos, sua própria forma de combinar diferentes abordagens terapêuticas (Jensen et alli, 1990). Hoje, porém, teoria e prática da integração são discutidas abertamente, formalizando um movimento a partir dos anos 80. Case & Robinson (1990) preocupam-se em esclarecer a terminologia utilizada, começando por definir o termo integração, pelo aspecto do que deve ser integrado. Neste sentido, fizeram uma revisão da literatura e encontraram, ao menos, quatro áreas distintas: (1) combinação de terapia individual e familiar; (2) combinação de elementos de diferentes escolas da Terapia de Família, desenvolvendo um método específico de tratamento; (3) combinação de modelos de Terapia de Família com estilos ou problemas familiares; (4) criação de modelos metateóricos. Os autores enfatizam o primeiro fator, defendendo uma perspectiva em que a compreensão psicológica individual deve ser vista como um dos elementos do sistema. Uma teoria abrangente deve incluir a inter-relação do individual e do sistema. A oposição terapia individual versus terapia familiar ou terapia grupal passa a ser uma questão prática de escolha técnica. Estes autores, portanto,

privilegiam uma integração teórica, com a expectativa de se criar uma metateoria abrangente.

Uma revisão da literatura, sobre a integração na Terapia de Família, é realizada por Watts et alli (1997). Utilizam uma lente epistemológica para analisar as estratégias de integração, subdividindo em implementações teóricas e clínicas. Analisam seis periódicos dos Estados Unidos, específicos de Terapia de Família, inspirando-se em Case & Robinson (1990). Os autores reconhecem a presença de uma confusão epistemológica em várias tentativas de integração, recomendando uma proposta de aliança entre teoria, pesquisa e prática. Concluem que, de 1988 a 1995, há dois subtipos de integração na Terapia de Família. O primeiro tipo defende a integração de diferentes abordagens, tendo como lente epistemológica a possibilidade de tornar a realidade conhecida. Esta realidade é estruturada e mudará com a terapia; preocupando-se mais com o resultado da terapia do que com uma formulação teórica. O segundo tipo procura elaborar uma forma de integração gestáltica, incluindo o individual, a família e a sociedade. Sua lente epistemológica é determinada pela influência do Construtivismo e do Construcionismo Social. Por conseqüência, a realidade não pode ser conhecida objetivamente. A mudança é constante e a terapia apenas auxilia este processo, estruturando um caminho.

Inspirada pela idéia de conhecer estas tentativas de integração, esquadrinhei os periódicos internacionais e avistei um extenso horizonte de possibilidades. Resolvi concentrar-me, então, em dois periódicos a partir dos anos 90 até hoje. O primeiro periódico abordado é o *Family Process*, que defende uma perspectiva multidisciplinar. Fundado em 1962, nos Estados Unidos, *Family Process* é publicado quatro vezes ao ano por um instituto que tem o mesmo nome do periódico. O segundo periódico é inglês, o *Journal of Family Therapy*, fundado em 1978 e publicado quatro vezes ao ano por *The Association for Family Therapy and Systemic Practice*. Esta pesquisa confirmou a divisão estabelecida por Case & Robinson (1990) quanto às distintas áreas de integração. Além

disso, pude constatar o grande número de artigos sobre o tema, destacando-se a necessidade de se construir uma compreensão teórica que relacione tanto a família quanto o indivíduo, em seus aspectos relacionais e intrapsíquicos. No total foram selecionados 33 artigos do *Family Process* e 23 do *Journal of Family Therapy*. Nos dois periódicos, encontra-se um volume inteiramente dedicado ao tema da integração. No *Family Process*, é o volume 41, número três de 2002, cujo tema é a integração entre a Teoria do Apego e a Teoria dos Sistemas. No *Journal of Family Therapy*, é o volume 19, número dois, de 1997, que lança a pergunta, no editorial: pode a psicanálise ser usada em terapias sistêmicas? Seria necessário um outro texto para relatar e analisar estes artigos, revelando as suas especificidades. Esta incursão, porém, ajudou a ter uma idéia da dimensão deste movimento, o que me levou a refletir sobre este tema no Brasil.

Gostaria de mencionar alguns artigos, separando-os conforme as quatro áreas distintas, estabelecidas por Case & Robinson (1990), as quais definem o que deve ser integrado e de que forma.

- 1 - combinação de terapia individual e familiar:

→ *Family Process*

Rosenbaum & Dickman (1995) desejam realizar uma síntese das terapias individual e familiar, adotando a perspectiva de um *self* que está sempre em transformação, ao mesmo tempo, vazio e conectado com as relações que estabelece. Os principais autores utilizados são Bateson, Maturana e Varela, conjugando a argumentação com o Budismo.

→ *Journal of Family Therapy*

Pinsof (1994) propõe uma abordagem terapêutica que comece com intervenções no aqui-e-agora e nas relações até alcançar o lá-e-então do intrapsíquico. Procura, assim, mover-se da família ao indivíduo e do presente ao passado, conforme a necessidade de cada caso. Utiliza desde a prática sistêmica até a Teoria do Self, passando pela prática humanista de terapia.

- 2 - combinação de elementos de diferentes escolas da Terapia de Família, desenvolvendo um método específico de tratamento:

→ *Family Process*

Papp & Imber-Black (1996) descrevem um método para a terapia que utiliza temas multi-sistêmicos, tais como: individual, diádico, triádico, família como um todo, intergeracional e sociocultural. Este método procura combinar significado e ação para facilitar a mudança terapêutica. Utilizam as escolas e as teorias que abarcam os variados sistemas acima citados.

→ *Journal of Family Therapy*

Larner (2000) identifica pontos em comum entre a Psicanálise e a Terapia de Família, inserindo-as em uma teorização pós-moderna. Constrói um método para a terapia, baseado na narrativa, com influências do Construcionismo Social e da Psicanálise.

- 3 - combinação de modelos de Terapia de Família com estilos ou problemas familiares:

→ *Family Process*

Sheinberg (1992) descreve uma abordagem para as rupturas emocionais e sociais que caracterizam a descoberta do abuso sexual no interior da família. Defende que idéias vindas tanto do Construcionismo Social quanto do Feminismo podem ser combinadas para compreender a situação do abuso sexual.

→ *Journal of Family Therapy*

Vetere & Henley (2001) discutem a contribuição da Teoria dos Sistemas para o programa de tratamento de álcool. A psicoterapia sistêmica é integrada com a psicoterapia de grupo analítica para casais e famílias que apresentam problemas com álcool.

- 4 - criação de modelos metateóricos:

→ *Family Process*

Lebow (1997) defende uma quebra de limites entre as escolas da Terapia de Família, entendendo que a integração não é só uma mistura de estratégias e intervenções, mas algum esforço para

construir uma teoria que transcenda as abordagens. O termo deve ser reservado para os métodos que cruzam os limites de uma perspectiva filosófica determinada, caminhando para a construção de uma metateoria. O autor afirma ser necessário um trabalho com o *self* do terapeuta, o que torna mais consistente e eficaz a integração.
→ *Journal of Family Therapy*

Akister (1998) afirma que a Teoria do Apego oferece um caminho para pensar o relacionamento diádico no interior do sistema familiar. A Teoria Sistêmica, por sua vez, contribui para a Teoria do Apego, ao inserir as relações diádicas no contexto de outras relações. A autora defende que pesquisas devem ser realizadas para desenvolver uma compreensão das relações familiares, a partir das referências citadas.

Até aqui, referi-me a um movimento de integração ocorrido nos Estados Unidos e na Inglaterra. Na França, o movimento tem sido mais intenso no sentido da construção de uma Terapia de Família exclusivamente psicanalítica, como o relatado anteriormente. Há um forte movimento sistêmico, mas a tendência é que estas duas linhas teóricas sigam cursos paralelos. Encontrei, todavia, um autor que formula uma comparação entre a Teoria Sistêmica e a Psicanálise.

Para Goutal (1985), descrever um aparelho psíquico grupal, supra-individual, é referir-se sempre ao modelo individual, já estabelecido, excluindo a realidade global da família. A Terapia de Família psicanalítica restringe-se à realidade interna, fazendo referências à transferência, à interpretação, aos processos de fantasia inconsciente e de simbolização. A Terapia de Família Sistêmica restringe-se, ao contrário, à família em sua globalidade externa, procurando reparar as regras de funcionamento do sistema, modificando-as ativamente. Tanto uma quanto a outra procuram pela mudança, situando-se em dois níveis diferentes: reorganização interna e individual, em um caso, e, no outro, reorganização externa. Para Goutal, no entanto, ambas obedecem fundamentalmente ao mesmo esquema de ruptura ou de

descontinuidade, termos que o autor utiliza advindos da teoria do caos de René Thom, para propor uma metaepistemologia.

Certamente há na França, e em outros países, variados exemplos de um movimento de integração. A pesquisa, neste sentido, se estenderia indefinidamente. É nos Estados Unidos, contudo, que este movimento aparece sistematizado e institucionalmente oficializado, facilitando o trabalho de pesquisa. Por este motivo, abordo uma última novidade surgida neste país.

O surgimento de uma nova disciplina, nos anos 80, nos Estados Unidos, pode ser entendido como o resultado deste movimento de integração. Esta disciplina chama-se *Family Psychology*, sendo reconhecida oficialmente pela American Psychological Association, em 1984. O termo *Family Psychology* começa a ser usado para identificar um campo de estudos multifacetado sobre a família, abarcando suas formas e variações históricas, sua estrutura e funcionamento através dos tempos, espaços, culturas e gerações, além de seus atributos idiossincráticos e sistêmicos (Kaslow, 1987).

Psicologia da Família é a forma como escolho traduzir o nome desta disciplina que começa a chegar ao Brasil. Ela sofre grande influência da Terapia de Família. Possui, no entanto, suas próprias características, representando a matriz de um conhecimento psicológico, envolvendo o desenvolvimento de teoria, de pesquisa e de prática, a respeito da família contemporânea e seu extenso contexto.

No lançamento do primeiro número do *Journal of Family Psychology*, em 1987, há uma tentativa de definição deste novo campo. A Psicologia da Família utiliza tanto a perspectiva sistêmica quanto a ênfase da Psicologia tradicional sobre o indivíduo. Embora tenha um foco primordial sobre a família e o casal, focaliza igualmente o indivíduo em suas relações primárias e estruturais, assim como focaliza a ecologia social da família, ou seja, as redes sociais nas quais a família se insere. O indivíduo e a família são construídos, nesta perspectiva, como todos e partes, dependendo do contexto que é tomado como foco de estudo. Esta disciplina,

portanto, nasce da necessidade de compreender a dinâmica individual, conjugando-a com a compreensão da dinâmica familiar; abarcando estes dois elementos, insere-se a compreensão do contexto social (Mikesell et alli, 2001).

A dança do *self* e do sistema passa a reverberar nos casais, nas famílias e nos rituais comunitários, os quais dão ritmo, continuidade, padrões e estímulos à vida familiar. Não há mais necessidade de fazer uma escolha entre o indivíduo (*self*) e a família (sistema) ou entre o intrapsíquico e o relacional. É possível abarcar ambos e estabelecer uma correspondência entre variáveis externas e internas (Kaslow, 1991; L'Abate, 1992, 1998).

A analogia com a dança é mencionada três vezes neste capítulo. A primeira vez é Maturana quem a utiliza para ilustrar a sua visão de mudança social e familiar, iniciada por um indivíduo que muda o passo, mudando a coreografia. Na segunda vez, Gergen utiliza a dança para defender uma concepção de terapia, na qual há uma transformação do *self* pelas narrativas que fluem. A dança, paradoxalmente, pela sua fluidez, oferece uma sustentação mais completa ao *self*. Kaslow, a terceira a invocar a dança, como sendo a do *self* e a do sistema, defende a possibilidade de não ter mais que se fazer escolhas excludentes. Parece, devido à insistência da aparição desta analogia, que é imperativo dançar. Que cada um, então, dance conforme a música escolhida. E que não seja proibido mudar de par, de coreografia, de música e de analogia.

Apresentei uma dança-transformação histórica em três pares: fragmentação, unificação e integração. Estes termos fazem menção à outra discussão, ligada aos sufixos “multi” e “trans”. Augras (1999), ao se perguntar sobre qual escolha fazer, multidisciplinaridade ou a transdisciplinaridade, indica os elementos de um dilema epistemológico. O sentido da multidisciplinaridade revela uma tendência para se pensar a multiplicação como aumento de clareza e de distinção de um fenômeno. Esta perspectiva exige igualmente que haja uma aproximação, traduzindo os diferentes códigos encontrados nas

diferentes disciplinas. Uma contradição surge desta exigência, levando à eliminação da diferença e impondo a necessidade de um princípio unificador. Agora, em vez de somar, há “um processo de informação circular que se auto-alimenta” (Augras, 1999, p. 100). Da multi para a transdisciplinaridade ocorre o esvaziamento de cada disciplina, conseqüência da “unicidade do fenômeno”. Elege-se uma base unificadora que, muitas vezes, tem sido o inconsciente, a linguagem ou o imaginário. Dessa forma, há o perigo de uma prática hegemônica, visto que cada conceito deriva de uma disciplina específica. Corre-se o risco de que uma queira dominar a outra, ao privilegiar a sua própria compreensão do humano. Com sua tendência à unificação, a transdisciplinaridade torna-se “suporte de pretensões hegemônicas”. Augras (1999) propõe, então, uma outra forma de transdisciplinaridade, baseada na pressuposição de que cada disciplina cria seu próprio objeto. Ela ocorre de modo pontual e instável: enfrenta os riscos da fragmentação, caracterizando-se pelas interseções entre as disciplinas, seus respectivos objetos e os eventos a serem compreendidos. O caminho feito pela fronteira, o encontro nas “margens do conhecimento” angustia, mas indica a importância do limite que separa e constitui a diferença, como também permite o diálogo que gera novidade.

Neste sentido, prefiro utilizar o termo interdisciplinaridade com o “inter” marcando, ao mesmo tempo, conexão e diferença. Uma proposta de construir uma metateoria, que se encontra no movimento de integração, abarcando elementos selecionados e transformados de diferentes disciplinas, parece-me menos palatável que a proposta da interdisciplinaridade. O risco de caracterizar-se uma disputa hegemônica afigura-se como mais intenso no caso da construção metateórica.

Outro dilema epistemológico, análogo ao anterior, trata da disputa na Psicologia, entre duas tradições epistemológicas, a científica e a hermenêutica, dividindo o campo e gerando graves conseqüências, quando se aplica hegemonicamente a epistemologia científica naturalista a todos os processos psicológicos. Taylor

(1992) fornece uma alternativa, ao propor o reconhecimento das limitações da epistemologia científica, o que cria um clima de tolerância. Com isso, teorias do tipo interpretativo podem ser desenvolvidas, liberando nossa imaginação. Esta posição pode trazer à Psicologia e à Terapia de Família a possibilidade de assumir estudos amplos e diversificados que convirjam, apesar das diferenças epistemológicas. Para tanto, ambas epistemologias precisam ter o mesmo valor e respeito acadêmico, garantindo-se que o reconhecimento da diferença permita ultrapassar as linhas demarcatórias das disciplinas.

Estas idéias, a da interdisciplinaridade e a do respeito acadêmico, garantidas pelo reconhecimento da diferença, compõem uma proposta de articulação. No capítulo a seguir, “Mapeando o campo III”, trago dados referentes ao Brasil. Primeiramente, faço um levantamento dos temas encontrados nos estudos sobre família. Analiso, posteriormente, como os terapeutas de família brasileiros constroem suas formulações teóricas, levantando questões relacionadas ao que foi desenvolvido até aqui. No capítulo final, apresenta-se uma proposta nascida da reflexão sobre espaços distintos e inter-relacionados.